

RECURSO ESPECIAL Nº 1.388.878 - SC (2013/0175798-2)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : BANCO JOHN DEERE S.A
ADVOGADOS : FERNANDA NASÁRIO - RS051587
ALVACIR ROGÉRIO SANTOS DA ROSA E OUTRO(S) - SC030805A
RECORRIDO : LÁERCIO SCHADEK E OUTROS
ADVOGADO : RUBIANA DE FÁTIMA TYSZKA VIEIRA - SC021186

DECISÃO

Trata-se de recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto por BANCO JOHN DEERE S.A contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assim ementado:

"CÉDULA RURAL HIPOTECÁRIA. Trator. Garantia fiduciária. Embargos à execução julgados parcialmente procedente Insurgência dos embargantes. Excesso de penhor. Inocorrência. Pequena propriedade rural preservada. Honorário, advocatícios. Verba pertencente ao advogado. Caráter alimentar. Compensação inviabilizada. Sucumbência mantida Reclamo parcialmente provido. A manutenção da penhora suficiente para garantir a dívida não acarreta prejuízo aos devedores da cédula rural hipotecária pois resguardada a pequena propriedade rural onde a família reside e trabalha." (fl. 165)

Nas razões do recurso especial, a parte insurgente alega que os honorários advocatícios devem ser compensados, na hipótese de sucumbência recíproca.

Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 202).

É o relatório.

A parte recorrente, embora tenha interposto o apelo excepcional também com base no art. 105, III, "a", da Constituição, não apontou qual dispositivo de lei federal foi violado pelo Tribunal de 2º grau, motivo pelo qual essa deficiência atrai o óbice da Súmula n. 284/STF.

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANOS MORAIS. VALOR. REVISÃO DE FATOS E PROVAS. INVIABILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. RECURSO PROVIDO.

1. O recurso especial não comporta a reavaliação de elementos de fato e de provas dos autos. Incidência do óbice da Súmula n.

7/STJ.

2. Na instância especial, a revisão da quantia arbitrada a título de indenização por danos morais somente é possível quando evidentemente irrisório ou exorbitante o montante fixado pelo Tribunal de origem.

No caso concreto, as peculiaridades e a extensão dos prejuízos suportados pelas vítimas do evento danoso, conforme asseverou a Corte local, justificam o valor estabelecido.

3. **O conhecimento do recurso especial interposto com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional exige a indicação expressa do dispositivo legal objeto de interpretação divergente. A falta desse pressuposto faz incidir o obstáculo da Súmula n. 284/STF.**

4. Agravo interno provido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1005786/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Rel. p/ Acórdão Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 08/11/2018, DJe 29/11/2018)

Por fim, verifica-se que o alegado dissenso pretoriano não restou comprovado em razão do descumprimento do disposto nos arts. 1.029, §1º, CPC/2015 e 255, § 1º, do RISTJ.

Com efeito, para a caracterização da sugerida divergência jurisprudencial, não basta a simples transcrição de ementas. Devem ser mencionadas e expostas as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, sob pena de não serem atendidos, como na hipótese, os requisitos previstos nos mencionados dispositivos.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 08 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator